



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.345	13.466
Concessionárias	5	3.537	3.136
Impostos e contribuições sociais	6	907	329
Cauções e depósitos vinculados	8	1.211	5.526
Outros créditos		873	747
Total do Ativo Circulante		26.873	23.204
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	8	5.863	1.069
		5.863	1.069
Imobilizado	9	139.601	143.970
Intangível		371	415
		139.972	144.385
Total do Ativo Não circulante		145.835	145.454
TOTAL DO ATIVO		172.708	168.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	10	3.140	1.342
Impostos e contribuições sociais	6	632	520
Dividendos	13.2.1	2.173	1.571
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11	5.858	5.833
Provisões	12	325	325
Outras contas a pagar		24	5
Total do Passivo Circulante		12.152	9.596
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	40.845	46.376
Provisões	12	300	238
Outras contas a pagar		11	23
Total do Passivo Não circulante		41.156	46.637
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	86.371	86.371
Reservas de lucros	13.3	33.029	26.054
Total do Patrimônio líquido		119.400	112.425
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		172.708	168.658

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)			
	Nota	2015	2014
Receitas	14	27.157	25.822
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	15		
Custo do serviço de energia elétrica		(8.565)	(10.243)
Custo de operação		(5.121)	(5.057)
		(13.686)	(15.300)
Lucro bruto		13.471	10.522
Despesas e Receitas operacionais	15		
Despesas com vendas			34
Despesas gerais e administrativas		(559)	(659)
Depreciações e amortizações		(2)	
Outras despesas e receitas operacionais		(660)	(185)
		(1.221)	(810)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		12.250	9.712
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		2.628	2.175
Despesas financeiras		(3.990)	(3.748)
		(1.362)	(1.573)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		10.888	8.139
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.740)	(1.524)
		(1.740)	(1.524)
Resultado líquido do exercício		9.148	6.615
Resultado por ação atribuível aos acionistas	18		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,10592	0,07659

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2015 e 2014.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)			
		2015	2014
Geração do valor adicionado		28.400	27.431
Receita operacional		28.255	26.800
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			34
Receita relativa à construção de ativos próprios		145	597
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(11.057)	(12.550)
Custos da energia comprada		(8.290)	(9.962)
Encargos de uso da rede elétrica		(275)	(282)
Materiais		(301)	(680)
Serviços de terceiros		(1.452)	(1.598)
Outros custos operacionais		(739)	(28)
Valor adicionado bruto		17.343	14.881
Retenções			
Depreciações e amortizações		(3.899)	(3.890)
Valor adicionado líquido produzido		13.444	10.991
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		2.628	2.175
Valor adicionado total a distribuir		16.072	13.166
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		82	208
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		2.838	2.556
Estaduais		7	24
Municipais		5	7
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		3.990	3.748
Aluguéis		2	8
Remuneração de capital próprio			
Dividendos		2.173	1.571
		9.097	8.122
Lucros retidos		6.975	5.044
		16.072	13.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
Santa Fé Energia S.A. (Companhia ou Santa Fé), constituída em 30 de maio de 2007, sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Serra, Estado do Espírito Santo, anteriormente controlada integral da Energest S.A. (Energest), passou a ser controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora) (Nota 3.1). Tem como objeto social a: atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades; e participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas.

1.1 Autorizações
Por meio da Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 482/01, a Companhia é titular exclusiva de autorização para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado Francisco Gros, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica - PCH, localizada no município de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Usina

Hidrelétrica	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW) (**)	Energia Assegurada (MWm) (**)	Autorização Início	Término
Francisco Gros (*)	Produtor Independente	Autorização	ES	29,50	15,58	13/11/2001	13/11/2031

(*) Conforme Resolução ANEEL nº 2.913/10 a denominação da PCH Santa Fé passou a ser PCH Francisco Gros.
(**) Não auditado pelos auditores independentes.
A autorização da PCH está vigente pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado a critério da ANEEL, nos termos do artigo 7º da Resolução 110/99 e 111/99. A referida usina entrou em operação a partir de 27 de maio de 2009.
Na exploração da PCH, a autorizada tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.
A Companhia comercializa sua energia nos seguintes ambientes: Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), negociados principalmente com terceiros, e Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo. Da energia assegurada, 16 MWm foram comercializados por meio de CCEARs no ACR pelo preço estabelecido de R\$124,99 por MWh pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2009. Os preços são reajustados anualmente pelo IPCA.
Ao final do prazo desta autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.
Em de 29 de janeiro de 2015, a ANEEL por meio da Portaria nº 30, alterou a energia assegurada anteriormente de 16,4MWm para 15,58MWm.

2 Base de preparação 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.
2.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
2.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.
2.4 Uso de estimativas e julgamentos
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e remissas pelo menos trimestralmente, exceto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Recuperação dos ativos (*impairment*) (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 19.1.3); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 12.1); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 12.2).
2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
2.6 Redução ao valor recuperável
Ativo financeiro
São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro
Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.
Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflète sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando ela deve ser reconhecida. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.
2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015
A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32).

3 Eventos significativos no exercício 3.1 Reestruturação societária
O Grupo EDP - Energias do Brasil está reorganizando a estrutura societária da Energest e de suas subsidiárias, permitindo uma maior eficiência operacional, eliminando *holdings* intermediárias e segregando ativos outorgados na modalidade de serviço público daqueles da modalidade de produtor independente.
A reestruturação societária da Energest transferiu o controle societário direto das empresas controladas, dentre elas a Companhia, em favor de sua respectiva acionista, EDP - Energias do Brasil S.A., mediante redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE ocorrida em 26 de junho de 2015 no valor mínimo de R\$190.507 e máximo de R\$200.177, sem cancelamento de ações e sem alteração na participação dos acionistas, mediante restituição à EDP - Energias do Brasil, única acionista da Energest.
A Energest, em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de novembro de 2015, aprovou a redução de seu capital social, em conformidade com a AGE da companhia realizada no dia 26 de junho de 2015, com a entrega da totalidade da participação societária detida pela Energest na Santa Fé para a EDP - Energias do Brasil sendo 86.371.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A redução do capital social ocorreu após a Energest obter a anuência do Banco do Brasil, conforme carta datada de 17 de agosto de 2015, da ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.510/2015, e do BNDES, conforme carta nº 236/2015 de 16 de novembro de 2015. Assim, a Santa Fé passou a ser controlada da EDP - Energias do Brasil.
3.2 Lei nº 13.203/2015 - Repactuação de risco hidrológico
Conforme Medida Provisória - MP nº 688, publicada em 18 de agosto de 2015, convertida na lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica, com o pagamento de prêmio de risco pelos geradores hidrelétricos.
O detalhamento para repactuação do risco hidrológico foi realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa REN nº 684, de 11 de dezembro de 2015.
A lei trata da repactuação de modo distinto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e para o Ambiente de Contratação Livre - ACL.
Para o ACR, haverá o repasse das perdas com o *Generation Scaling Factor* - GSF integralmente à Conta de Bandeira Tarifária, mediante pagamento de um Prêmio de Risco. A parcela de perda com GSF de 2015 será recompensada aos geradores por meio da isenção do pagamento do prêmio de risco a partir de janeiro de 2016 até a completa compensação das perdas de 2015. Para esse período de transição, o Prêmio de Risco varia de R\$0,75 a R\$12,75 por MWh, a depender do percentual de risco que o gerador pretende repactuar: de 89% a 100%.
Para o ACL, de forma similar, o Prêmio de Risco varia de R\$10,50 a R\$23,10 por MWh, a depender da quantidade da Energia de Reserva adquirida do sistema. O ressarcimento das perdas com o GSF de 2015 é realizada exclusivamente mediante extensão do contrato de Concessão do agente de geração que aderir ao acordo no ACL. A repactuação no ACL não isenta o gerador do custo do GSF.
Para a adesão ao Acordo, deverá haver a desistência das ações judiciais relacionadas às perdas com o GSF.

4 Caixa e equivalentes de caixa

		31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento		3.715	2.257
Aplicações financeiras - renda fixa		16.630	11.209
Total		20.345	13.466

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	2015				2014	
	Custo do serviço Com energia elétrica	Despesas operacionais De operação	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda	8.290				8.290	9.961
Encargos de uso da rede elétrica	275				275	282
Taxa de fiscalização						55
	8.565	-	-	-	8.565	10.298
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			82		82	208
Material		226			226	131
Serviços de terceiros		987	395		1.382	1.337
Depreciação		3.854	1		3.855	3.848
Amortização		43	1		44	43
PCLD/perdas líquidas						(34)
Aluguéis e arrendamentos			2		2	8
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				660	660	130
Outras		11	80		91	141
	-	5.121	561	660	6.342	5.812
Total	8.565	5.121	561	660	14.907	16.110

16 Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras e cauções		2.425
Atualizações monetárias sobre provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		51
Juros e multa sobre impostos		16
Outras receitas financeiras		188
	2.628	2.175
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas		(3.754)
Variações monetárias moeda nacional		(228)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		(8)
Outras despesas financeiras		(2)
	(3.990)	(3.748)
	(1.362)	(1.573)

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a Contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL	10.888	8.139
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.740)	(1.524)
Alíquota Efetiva	15,98%	18,72%

18 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas. No exercício de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	9.148	6.615
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	86.371	86.371
Resultado líquido/diluído por ação (reais/ações)	0,10592	0,07659

19 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

19.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

19.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Níveis	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
			Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	16.630	11.209	16.630	11.209
Ativos mantidos até o vencimento						
Cauções e depósitos vinculados	8		7.074	6.595	7.074	6.595
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento			3.715	2.257	3.715	2.257
Concessionárias	5		3.537	3.136	3.537	3.136
			30.956	23.197	30.956	23.197
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	10		3.140	1.342	3.140	1.342
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11		46.703	52.209	46.703	52.209
Moeda nacional			29	23	29	23
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	7		49.872	53.574	49.872	53.574

19.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente a contratos com o BNDES decorrente destes contratos possuírem características próprias. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

19.1.3 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação esparitativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

19.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente	André Luiz de Castro Pereira Diretor	José Cherem Pinto Diretor	Elisa Saeko Ishizaka Turci Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade
			Renan Silva Sobral Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" ES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santa Fé Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Fé Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

19.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 11, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP e ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil.

19.2.1.1 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focos do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Até		Acima de	Aumento do	Aumento do	Redução do	Redução do
		1 ano	2 a 5 anos					
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.888	2.888	2.888	722	1.444	(722)	(1.444)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.009	1.009	1.009	252	505	(252)	(505)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.897	-	-	974	1.949	(974)	(1.949)
Empréstimos e financiamentos -								
BNDES	TJLP	(3.388)	(9.113)	(2.209)	(14.710)	(1.911)	(4.916)	1.911
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(3.388)	(9.113)	(2.209)	(14.710)	(1.911)	(4.916)	1.911

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 10,75% e 15,75%; TJLP entre 6,00% e 7,50%.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 11.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2015 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos e financiamentos referem-se a Juros vencidos e, consequentemente, não contabilizados, encontram-se demonstrados na nota 20.1.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a determinadas usinas hidrelétricas, dentre elas a PCH Francisco Gros. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2015					31/12/2014	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	202	2.938				3.140	1.342
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	18			11		29	23
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	632	1.425	3.801	28.496	12.349	46.703	52.209
	852	4.363	3.801	28.507	12.349	49.872	53.574

19.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 11.

Até 31 de dezembro de 2015 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 20.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos.

Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

19.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a